



CONTRATO Nº 642/2025

COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.133/2021



PROCESSO DE ORIGEM

Adesão Nº 015/2025

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 08.028/2025



OBJETO CONTRATUAL

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva de Equipamentos de Informática, para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão - MA.



VALOR CONTRATUAL

R\$ 101.192,00 (cento e um mil e cento e noventa e dois reais)



VIGÊNCIAS CONTRATUAL

INICIAL: 1 de Dezembro de 2025

FINAL: 1 de Dezembro de 2026



DADOS DO CONTRATANTE

Secretaria Municipal de Administração, CNPJ nº 01.614.537/0001-04

Avenida Paula Rejane de Carvalho Santos, 300, Coqueiral, Itinga do Maranhão, Maranhão.

Nicolly Silva Queiroz, CPF nº 043.716.933-26



DADOS DO CONTRATADO

58.545.295 LTDA, CNPJ nº 58.545.295/0001-61

RUA DUQUE DE CAXIAS, 706, CENTRO, Dom Eliseu, Pará

francinaldogomes0@icloud.com, (94) 8412-2711,

Francinaldo Gomes Feitosa, CPF nº 098.372.492-00



FISCAL DO CONTRATO

Rodriandersan Silva Nascimento

PREÂMBULO

Aos 1 de Dezembro de 2025, a Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão – MA, através da Secretaria Municipal de Administração, inscrita no CNPJ nº 01.614.537/0001-04, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO



TERMO DE CONTRATO, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1 – O presente instrumento tem por objeto Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva de Equipamentos de Informática, para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão - MA. de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

2.1 – O valor do presente Contrato é de R\$ 101.192,00 (cento e um mil e cento e noventa e dois reais), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
1	RECARGA DE TONER BROTHER 580/650/720 / RICOH 377/RICOH 3710 1 - Marca.: KORA RECARGA DE TONER BROTHER 580/650/720 / RICOH 377/RICOH 3710	KORA	UNIDADE	400	R\$ 41,00	R\$ 16.400,00
2	LUBRIFICAÇÃO DE PELÍCULA DA FUSÃO DA IMPRESSORA MULT.LASER. - Marca.: SERVIÇO PROPRIO LUBRIFICAÇÃO DE PELÍCULA DA FUSÃO DA IMPRESSORA MULT.LASER. Especificação : MONO BROTHER 5652DN/8157/8152	SERVIÇO PROPRIO	UNIDADE	65	R\$ 42,00	R\$ 2.730,00
3	MANUTENÇÃO UNIDADE DE FUSÃO MULT. LASER MONO. - Marca.: SERVIÇO PROPRIO MANUTENÇÃO DE FUSÃO MULT. LASER MONO. Especificação : BROTHER L5652DN/8152/ RICOH 377/ RICOH3710	SERVIÇO PROPRIO	UNIDADE	110	R\$ 40,00	R\$ 4.400,00
4	INSTALAÇÃO DE CILINDRO DA IMPRESSORA MULT LASER MONO BROTHER L5652/8152/8157 1 - Marca.: SERVIÇO PRO INSTALAÇÃO DE CILINDRO DA IMPRESSORA MULT LASER MONO BROTHER L5652/8152/8157	SERVIÇO PROPRIO	UNIDADE	42	R\$ 32,00	R\$ 1.344,00
5	REPARO DA PLACA FONTE DA MULT LASER MONO. Especificação : BROTHER DCPL5652DN/815 - Marca.: SERVIÇO PREPARO DA PLACA FONTE DA MULT LASER MONO. Especificação : BROTHER DCPL5652DN/8157 / RICOH 377/ RICOH3710	SERVIÇO PROPRIO	UNIDADE	50	R\$ 49,00	R\$ 2.450,00
6	MANUTENÇÃO E LUBRIFICAÇÃO DA UNIDADE SCANNER MULTILASER MONO. - Marca.: SERVIÇO PROPRIO MANUTENÇÃO E LUBRIFICAÇÃO DA UNIDADE SCANNER MULTILASER MONO. Especificação : BROTHER L5652DN/8152/8157/ RICOH377 / RICOH 3710.	SERVIÇO PROPRIO	UNIDADE	50	R\$ 42,00	R\$ 2.100,00
7	MANUTENÇÃO UNIDADE DE CILINDRO DA IMPRESSORA MULTLASER MONO. - Marca.: SERVIÇO PROPRIO MANUTENÇÃO UNIDADE DE CILINDRO DA IMPRESSORA MULT LASER MONO. Especificação : BROTHER L5652DN/8152/8157	SERVIÇO PROPRIO	UNIDADE	45	R\$ 42,00	R\$ 1.890,00
8	LIMPEZA DA UNIDADE DE LASER DA IMPRESSORA MULT LASER MONO. - Marca.: SERVIÇO PROPRIO	SERVIÇO PROPRIO	UNIDADE	80	R\$ 40,00	R\$ 3.200,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO



	LIMPEZA DA UNIDADE DE LASER DA IMPRESSORA MULT LASER MONO. Especificação : BROTHER L5652DN/8152/8157 / RICOH 377/ RICOH 3710						
9	RESET IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL EPSON ECOTANK COLORIDA. - Marca.: SERVIÇO PROPRIO RESET IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL EPSON ECOTANK COLORIDA	SERVIÇO PROPRIO	UNIDADE	70	R\$ 41,00	R\$ 2.870,00	
10	REPARO NA PLACA LOGICA IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL EPSON ECOTANK COLORIDA 1 - Marca.: SERVIÇO PROPRIO REPARO NA PLACA LOGICA IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL EPSON ECOTANK COLORIDA	SERVIÇO PROPRIO	UNIDADE	60	R\$ 42,00	R\$ 2.520,00	
11	REPARO DO TRACIONADOR DE PAPEL DA IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS EPSON 1 - Marca.: SERVIÇO PROPRIO REPARO DO TRACIONADOR DE PAPEL DA IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS EPSON. Especificação : ECOTANK COLORIDA	SERVIÇO PROPRIO	UNIDADE	45	R\$ 45,00	R\$ 2.025,00	
12	REPARO DO SISTEMA DE LIMPEZA DA IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS EPSON. 1 - Marca.: SERVIÇO PROPRIO REPARO DO SISTEMA DE LIMPEZA DA IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS EPSON. Especificação : ECOTANK COLORIDA	SERVIÇO PROPRIO	UNIDADE	80	R\$ 45,00	R\$ 3.600,00	
13	PRESSURIZAÇÃO DE DAMPS DA IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS EPSON ECOTANK COLORIDA 1 - Marca.: SERVIÇO PRO PRESSURIZAÇÃO DE DAMPS DA IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS EPSON ECOTANK COLORIDA	SERVIÇO PROPRIO	UNIDADE	50	R\$ 50,00	R\$ 2.500,00	
14	ABASTECIMENTO BULK INK COR PRETA DA IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS 1 - Marca.: X-FULL ABASTECIMENTO BULK INK COR PRETA DA IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS. Especificação : EPSON ECOTANK COLORIDA	X-FULL	UNIDADE	180	R\$ 16,00	R\$ 2.880,00	
15	ABASTECIMENTO BULK INK COR MAGENTA DA IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS. 1 - Marca.: X-FULL ABASTECIMENTO BULK INK COR MAGENTA DA IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS. Especificação : EPSON ECOTANK COLORIDA	X-FULL	UNIDADE	100	R\$ 19,00	R\$ 1.900,00	
16	ABASTECIMENTO BULK INK COR AZUL DA IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS. 1 - Marca.: X-FULL ABASTECIMENTO BULK INK COR AZUL DA IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS. Especificação : EPSON ECOTANK COLORIDA	X-FULL	UNIDADE	100	R\$ 18,00	R\$ 1.800,00	
17	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL ECOTANK EPSON 1 - Marca.: SERVIÇO PROPRIO LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL ECOTANK EPSON	SERVIÇO PROPRIO	UNIDADE	80	R\$ 40,00	R\$ 3.200,00	
18	LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA COMPLETA DE COMPUTADORES DESKTOP 1 - Marca.: SERVIÇO PRO LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA COMPLETA DE COMPUTADORES DESKTOP, Especificação : COMPREENDENDO OS SERVIÇOS MÍNIMOS À SEGUIR: ASPIRAÇÃO DE PÓ/IMPUREZAS, TROCA DE PASTA TÉRMICA, LIMPEZA DE CONTATOS E ORGANIZAÇÃO DOS CABOS.	SERVIÇO PROPRIO	UNIDADE	80	R\$ 41,00	R\$ 3.280,00	



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO



19	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE NOTEBOOK, COMPREENDENDO UNIDADE OS SERVIÇOS MÍNIMOS À SEGUIR.1 - Marca.: SERVIÇO P LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE NOTEBOOK, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS MÍNIMOS À SEGUIR. Especificação : ASPIRAÇÃO DE PÓ/IMPUREZAS, TROCA DE pAsIA TÉRMicA, LIMPEZA DE CONTATOS.	SERVIÇO PROPRIO	UNIDADE	20	R\$ 45,00	R\$ 900,00
20	REPAROS DIVERSOS EM NOBREAKS 1 - Marca.: SERVIÇO P UNIDADE ROPRIO REPAROS DIVERSOS EM NOBREAKS, TAIS COMO : Especificação : TROCA CI, DIODO, TRANSISTORES, FONTES PRIMARIAS E SECUNDARIAS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS INCLUSO.	SERVIÇO PROPRIO	UNIDADE	80	R\$ 46,00	R\$ 3.680,00
21	REPARO DIVERSOS EM ESTABILIZADORES - Marca.: SERVI UNIDADE ÇO PROPRIO REPARO DIVERSOS EM ESTABILIZADORES, TAIS COMO: Especificação : TROCA CI, DIODO, TRANSISTORES, FONTES PRIMARIAS E SECUNDARIAS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS INCLUSO.	SERVIÇO PROPRIO	UNIDADE	80	R\$ 50,00	R\$ 4.000,00
22	SUBSTITUIÇÃO DE BATERIA DE NOBREAK SEM FORNECIMENT UNIDADE O DE PEÇA INCLUSO. 1 - Marca.: SERVIÇO PROPRIO SUBSTITUIÇÃO DE BATERIA DE NOBREAK SEM FORNECIMENTO DE PEÇA INCLUSO.	SERVIÇO PROPRIO	UNIDADE	45	R\$ 28,00	R\$ 1.260,00
23	INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO INICIAL DE SISTEMA OPERACIONAL MICROSOFT WINDOWS. - Marca.: SERVIÇO PRÓPRIO INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO INICIAL DE SISTEMA OPERACIONAL MICROSOFT WINDOWS. Especificação : SEM O FORNECIMENTO DA LICENÇA INCLUSO.	SERVIÇO PROPRIO	UNIDADE	50	R\$ 38,80	R\$ 1.940,00
24	INSTALAÇÃO DE SISTEMA OPERACIONAL LINUX COMPATÍVEL UNIDADE COM MICROTERMINAL.1 - Marca.: SERVIÇO PROPRIO INSTALAÇÃO DE SISTEMA OPERACIONAL LINUX COMPATÍVEL COM MICROTERMINAL. Especificação : DE ACESSO REMOTO TIPO MINI PCS, TVBOXS OU THINCLIENTS	SERVIÇO PROPRIO	UNIDADE	15	R\$ 50,00	R\$ 750,00
25	CONFIGURAÇÕES AVULSAS DIVERSAS EM SISTEMAS OPERACIONAIS MICROSOFT WINDOWS.	SERVIÇO PROPRIO	UNIDADE	80	R\$ 40,00	R\$ 3.200,00
26	INSTALAÇÃO DE CONJUNTO DE PROGRAMAS BÁSICOS DE USO UNIDADE EM ESCRITÓRIOS.1 - Marca.: SERVIÇO PROPRIO INSTALAÇÃO DE CONJUNTO DE PROGRAMAS BÁSICOS DE USO EM ESCRITÓRIOS. Especificação : INCLUINDO, NO MÍNIMO: EDITORES DE DOCUMENTOS, PLANILHAS E APRESENTAÇÕES, ANTIVÍRUS, LEITOR DE PDF, NAVEGADORES, COMPACTADOR DE ARQUIVOS, CONFORME O PADRÃO UTILIZADO PELO CONTRATANTE, SEM LICENÇA DE USO INCLUSA	SERVIÇO PROPRIO	UNIDADE	55	R\$ 40,00	R\$ 2.200,00
27	INSTALAÇÃO DE PROGRAMAS AVULSOS DIVERSOS - Marca.: UNIDADE SERVIÇO PROPRIO INSTALAÇÃO DE PROGRAMAS AVULSOS DIVERSOS TAIS COMO: Especificação : EDITORES DE DOCUMENTOS, PLANILHAS E APRESENTAÇÕES, ANTIVÍRUS, LEITOR DE PDF, NAVEGADORES, COMPACTADOR DE ARQUIVOS, CONFORME O PADRÃO UTILIZADO PELO CONTRATANTE, SEM LICENÇA DE USO INCLUSA	SERVIÇO PROPRIO	UNIDADE	55	R\$ 35,00	R\$ 1.925,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO



28	CONFIGURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS AVULSOS DIVERSOS DE REDE DE COMPUTADORES. 1 - Marca.: SERVIÇO PRÓPRIO CONFIGURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS AVULSOS DIVERSOS DE REDE DE COMPUTADORES. Especificação : TAIS COMO: ROTEADORES, PONTOS DE ACESSO, SWITCHES GERENCIÁVEIS, CONTROLADORAS.	SERVIÇO PRÓPRIO	UNIDADE	20	R\$ 50,00	R\$ 1.000,00
29	INSTALAÇÃO DE IMPRESSORA LOCAL. - Marca.: SERVIÇO UNIDADE PRÓPRIO INSTALAÇÃO DE IMPRESSORA LOCAL. Especificação : CONECTADA POR CABO USB, EM COMPUTADORES DESKTOP OU NOTEBOOK.	SERVIÇO PRÓPRIO	UNIDADE	27	R\$ 30,00	R\$ 810,00
30	CONFIGURAÇÃO INICIAL DE IMPRESSORA EM REDE. 1 - Ma UNIDADE rca.: SERVIÇO PRÓPRIO CONFIGURAÇÃO INICIAL DE IMPRESSORA EM REDE. Especificação : ATRAVÉS DE REDE SEM FIO OU CABEADA, TORNANDO A MESMA APTA A SER UTILIZADA POR COMPUTADORES REMOTOS, SEM A NECESSIDADE DE SERVIDOR DE IMPRESSÃO.	SERVIÇO PRÓPRIO	UNIDADE	20	R\$ 28,00	R\$ 560,00
31	INSTALAÇÃO DE IMPRESSORA DE REDE. 1 - Marca.: SERV UNIDADE IÇO PRÓPRIO INSTALAÇÃO DE IMPRESSORA DE REDE. Especificação : EM COMPUTADORES REMOTOS(DESKTOP OU NOTEBOOK), VIA WIFI OU ETHERNET.	SERVIÇO PRÓPRIO	UNIDADE	20	R\$ 30,00	R\$ 600,00
32	INSTALAÇÃO/TROCA DE COMPONENTES INTERNOS DIVERSOS. UNIDADE - Marca.: SERVIÇO PRÓPRIO INSTALAÇÃO/TROCA DE COMPONENTES INTERNOS DIVERSOS. Especificação : EM COMPUTADORES DESKTOP OU NOTEBOOK (DISCO DE ARMAZENAMENTO, PROCESSADORES, RESFRIADORES, PLACA MÃE, FONTE DE ALIMENTAÇÃO, MÓDULOS DE MEMÓRIA.	SERVIÇO PRÓPRIO	UNIDADE	50	R\$ 35,00	R\$ 1.750,00
33	MONTAGEM COMPLETA DE COMPUTADOR DESKTOP. - Marca.: UNIDADE SERVIÇO PRÓPRIO MONTAGEM COMPLETA DE COMPUTADOR" j DESKTOP. Especificação : INCLUINDO MONTAGEM DO GABINETE, CONEXÃO E TESTE DOS DISPOSITIVOS INTERNO»	SERVIÇO PRÓPRIO	UNIDADE	20	R\$ 40,00	R\$ 800,00
34	INSTALAÇÃO DE CABO DE REDE, CONFORME PADRÃO ISO. - UNIDADE Marca.: SERVIÇO PRÓPRIO INSTALAÇÃO DE CABO* DE RJdE, "oNFORME PADRÃO ISO.— Especificação : COMPREENDENDO LANÇAMENTO, CRIMPAGEM DO CONECTOR E TESTE, SENDO ESTE SERVIÇO QUANTIFICADO POR METRO LANÇADO, SEM O FORNECIMENTO DO MATERIAL UTILIZADO.	SERVIÇO PRÓPRIO	UNIDADE	80	R\$ 11,35	R\$ 908,00
35	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO MULT LASER MONO. Especificação : BROTHER L5652DN / 8157/8 - Marca.: SERVIÇO P LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO MULT LASER MONO. Especificação : BROTHER L5652DN / 8157/8152 / RICOH377/RICOH3710	SERVIÇO PRÓPRIO	UNIDADE	75	R\$ 38,00	R\$ 2.850,00
36	TROCA DE CABO FLAT IMPRESSORA EPSON ECOTANK COLORIDA. - Marca.: SERVIÇO PRÓPRIO TROCA DE CABO FLAT IMPRESSORA EPSON ECOTANK COLORIDA	SERVIÇO PRÓPRIO	UNIDADE	30	R\$ 40,00	R\$ 1.200,00
37	LIMPEZA DE CABEÇOTE DA IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS UNIDADE EPSON ECOTANK	SERVIÇO PRÓPRIO	UNIDADE	60	R\$ 50,00	R\$ 3.000,00



	COLORIDA 1 - Marca.: SERVIÇO PROPRI LIMPEZA DE CABEÇOTE DA IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS EPSON ECOTANK COLORIDA					
38	LIMPEZA DO SISTEMA DE TINTA IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS EPSON ECOTANK COLORIDA. - Marca.: SERVIÇO PR LIMPEZA DO SISTEMA DE TINTA IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS EPSON ECOTANK COLORIDA	SERVIÇO PROPRI	UNIDADE	50	R\$ 45,00	R\$ 2.250,00
39	ABASTECIMENTO BULK INK COR AMARELA DA IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS. 1 - Marca.: X-FULL ABASTECIMENTO BULK INK COR AMARELA DA IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS. Especificação : EPSON ECOTANK COLORIDA	X-FULL	UNIDADE	100	R\$ 20,00	R\$ 2.000,00
40	DESOBSTRUÇÃO DE PAPEL DA IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS EPSON ECOTANK COLORIDA 1 - Marca.: SERVIÇO PROP DESOBSTRUÇÃO DE PAPEL DA IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS	SERVIÇO PROPRI	UNIDADE	60	R\$ 42,00	R\$ 2.520,00
Valor Total						R\$ 101.192,00

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.4 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.4.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.4.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.4.3 – A Proposta do Contratado;

2.4.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de 01/12/2025 e encerramento em 01/12/2026, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e, em caso de serviços e fornecimentos contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.1 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.



CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.

6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE: 02 03 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO: 04.122.0052.1074.0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

UNIDADE: 02 03 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO: 04.122.0052.2122.0000 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MODERNIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

9.5 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.



- 9.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- 9.7 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.
- 9.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 9.8.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 9.9 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 9.10 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.11 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 10.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
- 10.2 – Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- 10.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 10.4 – Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 10.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 10.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 10.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 10.8 – A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.
- 10.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;
- 10.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 10.11 – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



- 10.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- 10.13 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 10.14 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 10.15 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.16 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.17 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.
- 10.18 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 10.19 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.
- 10.20 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.21 – Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 10.22 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.



11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:



i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa** de:

i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “a”, “b”, “c” e “d” do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



12.9 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10 – A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11 – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.12 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13 – Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Itinga do Maranhão - MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n.º 14.133/21.

Itinga do Maranhão – MA, 1 de Dezembro de 2025.

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

Nicolay Silva Queiroz

Secretária Municipal de Administração - SEMAD
Decreto n.º 037/2025 - GAB

PELA CONTRATADA

58 545 295

LTDA:58545295000161

Assinado de forma digital por 58

545 295 LTDA:58545295000161

Dados: 2025.12.01 14:35:34

-03'00'

Francinaldo Gomes Feitosa
CPF n.º 098.372.492-00

TESTEMUNHAS

NOME:

NOME:

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA - ADESÃO Nº 029/2025

Elinaldo Ferreira Reis - Secretário Municipal de Regularização Fundiária.
Itinga do Maranhão - MA, 17 de Novembro de 2025.

Publicado por: CAIO VITOR DELGADO CARDOSO
Código identificador: e5db29f87b90038569c40901a1d7f07b

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA. ADESÃO nº 029/2025 para Adesão a Ata de Registro de Preços para Contratação de empresa para aquisição de ambulância 0 km, nos termos do Lei 14.133/2021, Art. 86, §2º - Adesão a Ata de Registro de Preço, conforme PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10.011/2025, cujo contratação deverá ser celebrada com a empresa PRO CAR SERVICOS E PECAS LTDA, CNPJ nº 10.686.600/0001-09, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua 85, nº 03, Vinhais, cidade de São Luís - Maranhão, representada por ODON FRANCISCO DE CARVALHO, portador do CPF nº 615.121.843-49. A contratação terá seu valor global no importe de R\$ 355.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil reais), em conformidade com a proposta apresentada. Itinga do Maranhão - MA, 1 de Dezembro de 2025.

Andreia Neumann
Secretária Municipal de Saúde
Decreto nº 173/2025 - GAB

Publicado por: CAIO VITOR DELGADO CARDOSO
Código identificador: 687e675baa703caf95d6e2d5c961781b

EXTRATO DE CONTRATO Nº 641/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 641/2025, assinado em 01/12/2025. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva de Equipamentos de Informática, para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão - MA. Processo Administrativo nº 08.028/2025. Modalidade: Adesão nº 015/2025. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação, CNPJ nº 06.073.682/0001-49, CONTRATADO: 58.545.295 LTDA, CNPJ nº 58.545.295/0001-61. Valor Global: R\$ 127.616,00 (cento e vinte e sete mil e seiscentos e dezesseis reais). Vigência Inicial: 1 de Dezembro de 2025. Vigência Final: 1 de Dezembro de 2026. Claudemir Vieira da Silva - Secretário Municipal de Educação. Itinga do Maranhão - MA, 1 de Dezembro de 2025.

Publicado por: CAIO VITOR DELGADO CARDOSO
Código identificador: b626749027d8e1c0837f6ec585e640a6

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA Nº 012/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 642/2025

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA SEM DISPUTA nº 012/2025 para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços topográficos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Regularização Fundiária do Município de Itinga do Maranhão - MA., nos termos do Lei 14.133/2021, Art. 75, I - Dispensa em Razão de Valor para Serviços de Engenharia ou Manutenção de Veículos Automotores, conforme PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23.003/2025, cujo contratação deverá ser celebrada com a empresa DOM ELISEU SERVICOS DE GEORREFERENCIAMENTOS LTDA, CNPJ nº 40.474.068/0001-27, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Paragominas, nº 62, Bela Vista, cidade de Dom Eliseu - Pará, representada por ALDEMAR AMORIM DE ALMEIDA, portador do CPF nº 648.849.292-68. A contratação terá seu valor global no importe de R\$ 124.480,00 (cento e vinte e quatro mil e quatrocentos e oitenta reais), em conformidade com a proposta apresentada. Itinga do Maranhão - MA, 17 de Novembro de 2025.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 642/2025, assinado em 01/12/2025. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva de Equipamentos de Informática, para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão - MA. Processo Administrativo nº 08.028/2025. Modalidade: Adesão nº 015/2025. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Administração, CNPJ nº 01.614.537/0001-04, CONTRATADO: 58.545.295 LTDA, CNPJ nº 58.545.295/0001-61. Valor Global: R\$ 101.192,00 (cento e um mil e cento e noventa e dois reais). Vigência Inicial: 1 de Dezembro de 2025. Vigência Final: 1 de Dezembro de 2026. Nicoly Silva Queiroz - Secretária Municipal de Administração - SEMAD. Itinga do Maranhão - MA, 1 de Dezembro de 2025.

Publicado por: CAIO VITOR DELGADO CARDOSO
Código identificador: 2ccc4549b09b19ab6997b4596846fdd3

José Elinaldo Ferreira Reis
Secretário Municipal de Regularização Fundiária
Decreto nº 007/2025 - GAB

Publicado por: CAIO VITOR DELGADO CARDOSO
Código identificador: c9836ee20d4315b18ba57869ddc1a7c7

EXTRATO DE CONTRATO Nº 643/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 643/2025, assinado em 01/12/2025. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva de Equipamentos de Informática, para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão - MA., Processo Administrativo nº 08.028/2025. Modalidade: Adesão nº 015/2025. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Saúde, CNPJ nº 13.863.418/0001-74, CONTRATADO: 58.545.295 LTDA, CNPJ nº 58.545.295/0001-61. Valor Global: R\$ 59.587,10 (cinquenta e nove mil, quinhentos e oitenta e sete reais e dez centavos). Vigência Inicial: 1 de Dezembro de 2025. Vigência Final: 1 de Dezembro de 2026. Andreia Neumann - Secretária Municipal de Saúde. Itinga do Maranhão - MA, 1 de Dezembro de 2025.

Publicado por: CAIO VITOR DELGADO CARDOSO
Código identificador: 502676aee494d11ecac024b0b02d7cb1

EXTRATO DE CONTRATO Nº 615/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 615/2025, assinado em 17/11/2025. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços topográficos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Regularização Fundiária do Município de Itinga do Maranhão - MA. Processo Administrativo nº 23.003/2025. Modalidade: Dispensa sem Disputa nº 012/2025. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Regularização Fundiária, CNPJ nº 01.614.537/0001-04, CONTRATADO: DOM ELISEU SERVICOS DE GEORREFERENCIAMENTOS LTDA, CNPJ nº 40.474.068/0001-27. Valor Global: R\$ 124.480,00 (cento e vinte e quatro mil e quatrocentos e oitenta reais). Vigência Inicial: 17 de Novembro de 2025. Vigência Final: 17 de Novembro de 2026. José

EXTRATO DE CONTRATO Nº 644/2025